

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/2023**  
**PROCESSO ELETRÔNICO SEI nº 0020437-45.2022.6.18.8000**

Trata-se de recurso interposto pela empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 05.583.680/0001-37, contra decisão do Pregoeiro que aceitou proposta e habilitou a empresa CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 02.092.332/0001-79, declarando-a vencedora do Pregão Eletrônico nº 11/2023.

### **1. DO REGISTRO DA INTENÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE RECURSO**

Durante o prazo legal para manifestação, foi apresentada a seguinte intenção:

Por não se tratar de documentação exigida no edital, e sim no termo de referência, pelo princípio da razoabilidade e do formalismo moderado, poderia ser deferido o prazo solicitado de 48h, tendo em vista que os documentos não alteram a substância da proposta, dos documentos nem sua validade jurídica. Reiteramos ainda que, tivemos a melhor oferta e com larga margem para o segundo colocado, contudo o excesso de formalismo em aplicação de prazo exíguo acarretará em prejuízo ao erário público (*sic*).

### **2. DA ACEITAÇÃO DO REGISTRO DE INTENÇÃO**

Foi aceita a intenção de recurso pelo Pregoeiro, visto que preenchidos os requisitos mínimos quanto à sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse.

### **3. DOS FATOS ALEGADOS PELA RECORRENTE**

O(a) Recorrente anexa as razões de recurso alegando, em apertada síntese, que apresentou proposta mais vantajosa para a Administração, entretanto não logrou êxito no certame por não ter sido ofertado prazo razoável para complementação de documentação por solicitação do Pregoeiro. Encaminha e solicita análise de

documentação via e-mail (cpl@tre-pi.jus.br) como complementar de seu recurso pelo fato de o sistema não permitir a sua inclusão.

Invoca os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e formalismo moderado, cita as Leis nº 8.666/93 e nº 14.133/2021 (não utilizada no certam em tela), ade Licitações, doutrina e Acórdãos TCU para, ao final, pedir a reforma da decisão do Pregoeiro.

#### **4. DAS CONTRARRAZÕES**

Em sede de contrarrazões, a empresa declarada vencedora aduz, resumidamente, que a Recorrente deixou de observar o dever de ler atentamente o edital, já que entendeu que a documentação exigida no Termo de Referência não possui importância para obtenção da proposta mais vantajosa e a alegação de ter ofertado menor preço é o suficiente para definição de oferta mais vantajosa. Aduz, ainda, que a proposta da Recorrente é inferior tecnicamente e a documentação é intempestivamente apresentada via e-mail não comprova que o produto ofertado atende a diversas exigências do instrumento convocatório.

Cita a Lei de Licitações, Lei nº 10.520/2002, IN do MPOG e Acórdão TCU para pedir a improcedência do recurso interposto.

#### **5. DO EXAME DO MÉRITO**

Preliminarmente, convém destacar que os atos praticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no Pregão Eletrônico nº 29/2021 foram fundamentados nos princípios da Lei Geral de Licitações, e assim continuarão, mormente no princípio do julgamento transparente e justo dos recursos interpostos na decisão do aludido procedimento licitatório.

Ressaltamos que as peças de recurso e contrarrazões, bem como esta decisão em seu formato original estão disponibilizadas no sítio deste TRE (Transparência) podendo ser consultadas no seguinte endereço: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/licitacoes-em-andamento>.

Assiste razão à Recorrente o fato de o objetivo do procedimento licitatório para Administração Pública é “obter proposta mais vantajosa para contratação de bem ou serviço que lhe seja necessário, observados os termos da legislação aplicável”,

(extraído do art. 3º da Lei nº 8.666/93). Acrescentaríamos ainda os princípios, a doutrina e as orientações do Colendo TCU, tudo convergindo para que a Administração Pública assegure aos interessados igual oportunidade em com ela contratar.

Assim, ressalte-se o conceito legal de proposta mais vantajosa:

Art. 45

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:

I - **a de menor preço** - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a **proposta de acordo com as especificações do edital** ou convite **e ofertar o menor preço** (destacamos).

Inquestionável a razoabilidade observada na condução da sessão pública do Pregão Eletrônico aqui tratado. As oportunidades foram dadas a todos os licitantes, considerando que o edital foi publicado no dia 26/04/2023 com data de abertura inicialmente determinada para 09/05/2023. A seguir, a data de abertura foi adiada para 18/05/2023, ficando todo esse prazo para que as pretensas empresas participantes analisassem o instrumento convocatório e decidissem apresentar propostas.

O Termo de Referência é o documento que embasa o edital e, portanto, é parte integrante - e não menos importante. Depõe contra as alegações da Recorrente o disposto no subitem 1.1 do instrumento convocatório:

O objeto deste Pregão Eletrônico é a escolha da melhor proposta de preços para aquisição futura de Solução de *Web Application Firewall* (WAF) e balanceamento de carga, incluindo serviços de implantação, transferência tecnológica (hands-on), treinamento especializado, operação assistida e garantia da solução por 60 (sessenta) meses para os Tribunais Regionais Eleitorais do Piauí (TRE-PI) e Roraima (TRE-RR), pelo Sistema de Registro de Preços, **conforme descrição constante do Anexo I deste Edital** (destacamos).

Há obrigação, pois, de conhecimento prévio de todas as exigências contidas na convocação. Daí o prazo legal de, no mínimo, oito dias úteis entre a divulgação do edital e a abertura do certame.

Quanto ao disposto no subitem 24.4.1 do edital, convém destacar sua parte final:

(...) **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro** (destacamos).

Detalhando, a documentação deve estar preparada e disponível no momento do preenchimento da proposta de preços no sistema ComprasNet, sendo admitida convocação complementar apenas para seu envio. As 2 (duas) horas destinadas ao envio do anexo são suficientes para atendimento, e dilação do prazo para 48h como solicitado pela Recorrente, além de não ser razoável, comprova que esta não dispunha – e necessitaria providenciar, contrariando a orientação do TCU.

Não merecem prosperar, pois, tais alegações.

Intempestivamente e por meio impróprio, a Recorrente encaminhou a documentação (também disponível na Transparência) que deveria ter sido anexada quando convocada, ainda na fase de julgamento de propostas. Tivemos o cuidado de solicitar à Unidade técnica a sua análise, de forma a verificar o possível atendimento às exigências do instrumento convocatório. Segue a manifestação:

Sr. Pregoeiro,

Em atenção à **Diligência CPL 58** (SEI nº [0001844180](#)), onde esta Unidade é instada a se manifestar acerca do recurso interposto pela empresa **IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA** (SEI nº [0001842251](#)) contra decisão do Pregoeiro que decidiu recusar a proposta da citada empresa por não cumprimento de diligência, conforme previsto em edital do **Pregão Eletrônico nº 11/2023** (SEI nº [0001826696](#)) e das contrarrazões apresentadas pela empresa **CLM Software Comércio Importação e Exportação LTDA** (SEI nº [0001844178](#)), esta Unidade tem a informar que:

1. Pelo fato da empresa IMAGETECH não ter incluído em sua proposta, o arquivo com a indicação de comprovação das exigências do Edital (ponto a ponto), as especificações técnicas do produto ofertado não foram verificadas;
2. Diante disso, foi comunicado o fato ao Pregoeiro através da **Resposta à Diligência 114** (SEI nº [0001835854](#)) que, após o decurso de prazo para resposta da empresa, decidiu por recusá-la e convocar a segunda colocada;

3. Somente no recurso, a empresa IMAGETECH apresentou o ponto a ponto exigido pelo Edital;

Quanto ao recurso interposto, esta unidade nada pode tecer uma vez ter esta Seção caráter técnico, enquanto o recurso ataca decisão jurídica/administrativa do Pregoeiro. No entanto, uma vez que a empresa IMAGETECH alega atender os requisitos exigidos em Edital e ter a empresa CLM elencado itens e subitens que demonstrariam a inviabilidade da proposta daquela, passaremos a tecer comentários acerca do alegado nas contrarrazões:

**Quanto ao Item 3.1.21**

Este item exige que a solução deverá *"Garantir que na aceleração de SSL, tanto a troca de chaves quanto a criptografia dos dados seja realizada com aceleração em hardware, para não onerar o sistema"*. No arquivo ponto a ponto, a empresa IMAGETECH se limitou a informar que está *"conforme proposta comercial"*. A documentação não indica se o equipamento ofertado realiza aceleração de SSL por hardware, **NÃO** comprovando a característica exigida.

**Quanto ao Item 3.1.25**

Este item determina que a solução deverá *"Implementar a sincronização entre os equipamentos redundantes, assegurando que não haverá "downtime" e queda de sessões em caso de falha de uma das unidades"*. O trecho mencionado como comprovação pela empresa IMAGETECH **NÃO** comprova que seu equipamento seja capaz de evitar *"downtime"* e queda de sessões em caso de falha de uma das unidades. Se limita a descrever, superficialmente, o mecanismo de atribuição de IPs dos equipamentos ativo e passivo.

**Quanto ao Item 3.1.34**

Este item determina que a solução *"Deve suportar, no mínimo, 1.000 VLANs simultaneamente"*. O documento apontado como comprovação ao item não faz qualquer menção à quantidade de VLANs suportadas. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

**Quanto ao Item 3.1.39**

Este item determina que a solução deverá *"Permitir a configuração das interfaces de alta disponibilidade do cluster (heartbeat), com opções para: compartilhar a rede de heartbeat com a rede de dados e utilizar*

*uma rede exclusiva para o heartbeat*". O documento apontado como comprovação ao item, pertencente ao Suporte do fabricante Kemp, se limita a tratar de problema de sincronização entre equipamentos, **NÃO** comprovando a possibilidade de criação de rede *heartbeat* exclusiva.

#### **Quanto ao Item 3.1.42**

Este item determina que a solução deverá *"Permitir a criação de políticas através de interface gráfica web ou CLI para manipulação de tráfego através de lógica para pelo menos os seguintes operadores: GEOIP, http-basic-auth, http-cookie, http-header, http-host, http-method, http-referer, http-set-cookie, http-status, http-uri e http-version"*. O documento apontado como comprovação ao item, não faz menção aos itens mínimos exigidos. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.52**

Este item determina que a solução deverá *"Possuir auto-complementação de comandos na CLI" (Command Line Interface)*. O documento apontado como comprovação ao item, pertencente ao Suporte do fabricante Kemp, trata do recurso de CLI mas, em momento algum, fala do recurso exigido (auto-complementação). Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.53**

Este item determina que a solução deverá *"Possuir ajuda de contexto"*. O documento apontado como comprovação ao item, pertencente ao Suporte do fabricante Kemp, trata do recurso de CLI mas, em momento algum, fala do recurso exigido (ajuda de contexto). Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.67**

Este item determina que a solução deverá *"Possuir recurso de gerência via SNMP e implementar SNMPv1, SNMPv2 e (grifo nosso) SNMPV3"*. O documento apontado como comprovação ao item, pertencente ao Suporte do fabricante Kemp, informa que o produto ofertado suporta as versões 1 e 2 do SNMP mas nada diz acerca da versão 3. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.74**

Este item determina que a solução *"Deverá possuir uma funcionalidade de criação automática de políticas, para proteção DDoS e ataques zero-day (grifo nosso) onde a política de segurança é criada e atualizada automaticamente baseando-se no tráfego real observado à aplicação"*. O documento apontado como comprovação ao item, pertencente ao Suporte do fabricante Kemp, não faz qualquer menção ao recurso de proteção contra ataques zero-day. Procurando em outros documentos do fabricante, não localizamos qualquer deles que fizesse menção ao recurso. Portanto, **NÃO** resta comprovado a existência da característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.80**

Este item determina que a solução deverá *"Proteger contra ataques automatizados, incluindo bots e web scraping, identificando comportamento não humano, navegadores operados por scripts ou qualquer outra forma que não operados por humanos"*. O documento apontado como comprovação ao item não faz qualquer menção à proteção contra bots e web scraping. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.90**

Este item determina que a solução deverá *"Identificar e armazenar o ataque acontecido com detalhes, com as seguintes informações: endereços IP que originaram os ataques, horário do ataque, nome do ataque, qual o campo foi atacado, quantas vezes esse ataque foi realizado"*. O documento apontado como comprovação ao item não faz qualquer menção aos itens exigidos. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto ao Item 3.1.93**

Este item determina que a solução deverá *"Identificar ataques baseados em: regras, perfis de utilização; e assinaturas e/ou comportamento"*. O documento apontado como comprovação ao item não faz qualquer menção à identificação de ataques conforme exigido. Portanto, **NÃO** comprova a característica exigida.

#### **Quanto aos Itens 3.1.99 e 3.1.100**

Os itens relacionam vários itens que a solução deverá apresentar com o intuito de detectar e controlar ataques de força bruta. O documento apontado como comprovação aos itens apresenta apenas a

deteção/proteção através de *Rate Limiting*, o que **NÃO** comprova todos os itens exigidos.

#### **Quanto ao Item 101**

O item determina que a solução deverá apresentar proteção contra, no mínimo, os 13 (treze) ataques relacionados. A documentação apontada como comprovação ao item não cita os ataques mínimos exigidos. Portanto, **NÃO** comprova característica exigida.

Assim, diante do que foi explanado acima, verificamos que mesmo não tendo sido inicialmente analisada por falta de atendimento à diligência empreendida pelo Pregoeiro, a proposta da empresa IMAGETECH inevitavelmente seria recusada por não atender as exigências do edital.

Diante de tudo isso, s.m.j., **SUGERIMOS** que o Pregoeiro mantenha sua decisão.

Por fim, encaminhamos os presentes autos para conhecimento e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Em 31 de maio de 2023.

(datado e assinado eletronicamente)  
Carlos Alberto Ribeiro do Nascimento Junior

Assim, demonstrado que apesar de apresentar menor preço a proposta da Recorrente não é a mais vantajosa para a Administração, não merece prosperar a irresignação interposta.

## **6. DA CONCLUSÃO**

Consubstanciado nos fundamentos acima, recebo o recurso interposto por atender aos requisitos de admissibilidade, e julgo **IMPROCEDENTE**, mantendo a decisão que declarou a empresa CLM SOFTWARE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 21.347.447/0001-01, vencedora do Pregão Eletrônico nº 11/2023.

Por oportuno, remeto os autos à Administração Superior deste Tribunal para decidir nos termos do art. 13, IV, do Decreto 10.024/2019, sugerindo a ratificação da



decisão do Pregoeiro para, ao final, adjudicar e homologar o presente procedimento licitatório.

CPL, em 01 de junho de 2023.

Edílson Francisco Rodrigues  
PREGOEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Francisco Rodrigues, Técnico Judiciário**, em 01/06/2023, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0001844957** e o código CRC **860DAB17**.

0020437-45.2022.6.18.8000

0001844957v2

